

“A Vossa graça nos nossos sentimentos”: a devoção à Virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII

“Your Grace in our feelings”: devotion to the Virgin as a guarantee
of salvation of souls in an eighteenth century devotion manual

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Mauro Dillmann**

RESUMO

Este artigo analisa o manual *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*, escrito por João de Castro e publicado na Espanha, na primeira metade do século XVIII. Sabe-se que a obra mereceu várias traduções e reedições ao longo do século XIX, e que algumas delas chegaram a circular no Brasil. Além da identificação e da análise das representações da Virgem presentes na obra, nos detemos nas orientações que os fiéis deveriam seguir no culto e nas práticas devocionais a Maria, propondo uma avaliação sobre sua aceitação e difusão no mundo luso-brasileiro. Tal análise insere-se nas recentes discussões historiográficas acerca das práticas de leitura, considerando as formas plurais de apropriação e de recepção de textos, inseridas em seus contextos de produção e circulação. Palavras-chave: manual religioso; devoção à Virgem; salvação das almas.

ABSTRACT

This article analyses the manual *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*, written by João de Castro and published in Spain in the first half of the eighteenth century. It is known that the work was translated and republished many times during the nineteenth century, and that some of these copies circulated in Brazil. In addition to the identification and analysis of the representations of the Virgin present in the work, we are concerned with the orientations that believers should follow in devotional practices to Mary, suggesting an evaluation of the acceptance and diffusion of these orientations in the Luso-Brazilian world. This analysis takes into account recent discussions regarding reading practices, including the many forms of appropriation and reception of texts, inserted in their contexts of production and circulation. Keywords: religious manual; devotion to the Virgin; salvation of souls.

* Centro de Ciências Humanas – História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Av. Unisinos, 950, Cristo Rei. 93022-000 São Leopoldo – RS – Brasil. ecdfleck@terra.com.br

** Doutorando em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). maurodillmann@hotmail.com

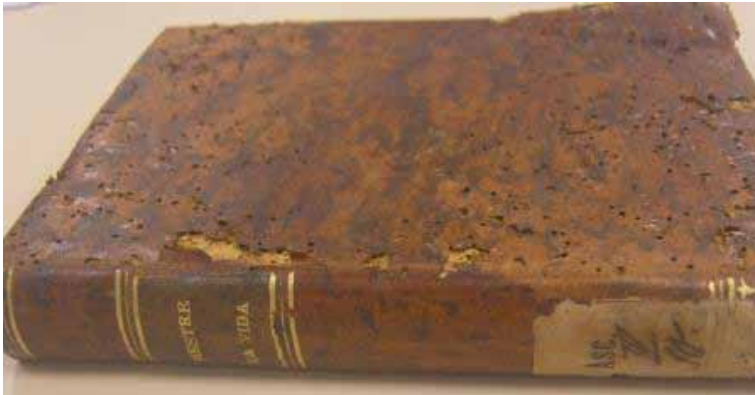
Este artigo apresenta a análise de um manual de devoção católica do século XVIII que orientava seus leitores a como proceder para garantirem a salvação de suas almas mediante a devoção e a fé no poder intercessor da Virgem Maria. Publicado na Espanha,¹ no século XVIII, o manual *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente* foi escrito pelo frade dominicano João de Castro com o objetivo de instruir os leitores² nos “mistérios da religião” católica, extraindo “verdades, que ... instruam e ... encaminhem à virtude e à perfeição”, para uma “vida e morte santa” e uma “eternidade feliz e gloriosa” (Castro, 1882, p.v, vi, vii). O manual traz, além de orações com diferentes finalidades, encíclicas e bulas papais dos séculos XV e XVI em consonância com o pensamento contrarreformista. Na Europa, a obra teve várias edições³ e traduções,⁴ tendo circulado também em regiões dos impérios coloniais americanos até o século XIX,⁵ o que favoreceu a difusão de suas orientações entre os fiéis católicos.

Vale lembrar que durante o período colonial, o ingresso de livros religiosos e de manuais na América se deu por aquisições de manuscritos e impressos feitas pelo clero secular e pelas ordens religiosas, que mantinham essas obras em suas bibliotecas.⁶ Também as irmandades contavam com cartilhas e manuais religiosos em seus acervos, favorecendo a difusão das orientações católicas sobre o *viver e morrer santamente* entre seus membros. No século XIX, a vinda da Corte e a instalação da Imprensa Régia favoreceram ainda mais a circulação de livros na América portuguesa, sobretudo daqueles que divulgassem conteúdos favoráveis à religião, ao governo e aos bons costumes.⁷

O manual ‘que ensina a viver e morrer santamente’ foi publicado sob a forma de um livreto de mão – apesar de possuir mais de quatrocentas páginas –, formato adequado à prática da leitura individual⁸ – facilitando, assim, o manuseio e o transporte pelo devoto que seguia as orientações que nele constavam. Essas características, sem dúvida, devem ter contribuído para que o conteúdo da obra não ficasse restrito ao indivíduo que o lia, favorecendo leituras coletivas, realizadas em pequenos grupos ou em famílias, em casas particulares, em igrejas ou em eventos religiosos. Essas ocasiões não apenas permitiam que os leitores compartilhassem o que haviam lido, mas facilitavam a circulação e a apropriação – pelos ouvintes – das orientações constantes no manual (Gilmont, 1999, p.61). É plausível supor, ainda, que o pequeno formato do livro implicasse menor preço, favorecendo a aquisição e, conseqüentemente, a sua leitura pelos fiéis católicos. No Prólogo, João de Castro aponta outras razões para a reimpressão do manual:

A geral *aceitação* que merece o livro intitulado: *Mestre da Vida*; a *utilidade* que deste Compêndio de devoções, espalhadas por diversos volumes, resultou aos Católicos; e as *bênçãos*, de que Deus enche a quem se emprega em encaminhar os Fiéis a viver e morrer santamente, são estímulos os mais fortes para se intentar a reimpressão do mencionado livro. (Castro, 1882, p.v, grifos nossos)

Figura 1 – *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*



As várias reimpressões parecem ser indicativas da aceitação que a publicação desfrutava não apenas entre os católicos,⁹ mas também entre os papas e a hierarquia eclesiástica, que autorizavam a sua divulgação e incentivavam a sua leitura. Vale lembrar que, a partir do século XVII, a Igreja católica, mediante um ‘esforço pedagógico’ incrementou a ‘bagagem livresca’ dos párocos, recomendando a leitura de livros de teologia moral, com o objetivo de transformá-los em “homens de estudo e de livros” (Julia, 1999, p.92).

A despeito de sua circulação em diferentes momentos e por diferentes espaços, nos quais modelos comportamentais, atitudes e valores sofreram transformações, o manual parece ter se mantido como guia devocional, promovendo a efetiva interiorização de normas de conduta e de sensibilidades religiosas valorizadas pela Igreja católica ao longo dos séculos.¹⁰ Deve-se, no entanto, considerar que, apesar de o manual – dada a sua natureza devocional – visar à adoção de determinadas práticas e comportamentos reiterados pela Igreja, também possa ter possibilitado diferentes apropriações pelo seu leitor,¹¹ na medida em que todo texto ‘articula, permite a comunicação e veicula representações’, desempenhando a função de intermediário entre a produção e a recepção.¹²

Por tratar-se de manual de orientação dos fiéis católicos quanto à conduta religiosa a ser adotada durante a vida e nos momentos que antecediam a morte – a fim de garantir a salvação –, a sua análise permite não apenas a identificação das formas de devotamento e de intercessão pela salvação das almas, mas também das diferentes representações que a Virgem recebeu e assumiu. Embora não se trate de obra especialmente orientada para a devoção mariana, a publicação parece ter sido bastante eficiente na divulgação da representação de Maria como um modelo de santidade a ser seguido pelos fiéis para a obtenção de salvação no momento da morte. Na mentalidade religiosa cristã ocidental, a pureza atribuída a Maria e seu caráter maternal foram fundamentais para a definição das funções de intercessora, mediadora e auxiliadora que ela viria a assumir na economia da salvação.¹³

SOBRE AS ORIGENS DA DEVOÇÃO A MARIA

A Igreja católica construiu seu universo religioso ligando o espiritual ao terreno, o sagrado à vida cotidiana, sendo as vivências religiosas impulsionadas pelas fervorosas devoções a Cristo e a Maria,¹⁴ responsáveis, em grande medida, pela salvação das almas pecadoras. Diante da morte, no pensamento religioso medieval eram comuns expressões de lamento pelo fim do poder, da honra e do prazer, ou de júbilo da alma salva (Huizinga, 2010, p.243). Como podemos perceber numa passagem introdutória do manual religioso setecentista, conduzir a vida baseando-se na santidade dos mistérios religiosos e incutir nos fiéis a necessidade do culto e da adoração foram objetivos que se mostraram fundamentais para a obtenção da salvação:

Nisto é que devemos pôr todos os nossos cuidados e esforços; porém para estes serem efetivos, e para vencermos na hora da morte os terríveis combates do universal inimigo, é preciso orar a Deus, *recorrer a Maria Santíssima* e aos Santos da nossa particular devoção, pedir-lhes que sejam nossos protetores, que nos ajudem, nos valham, e por nós intercedam. (Castro, 1882, p.v, vi, grifos nossos)

Essa passagem do manual reforça a necessidade de o fiel ‘recorrer a Maria’ para obter o caminho da salvação, instrução que, em geral, se difundiu especialmente a partir do século XVI, quando em função da Contrarreforma, a mãe de Cristo tornou-se a santa predileta da hierarquia eclesiástica.¹⁵ Entretanto, seu culto já se fazia importante desde o século XII, quando a infância de Cristo ganhou ênfase e a vida de Maria logo passou a ser um tema desenvolvido pela

Igreja e difundido, posteriormente, na Europa e na América (Souza, 2002, p.233), inclusive nos domínios hispânicos.¹⁶ Esse incremento do culto à Virgem Maria durante a Idade Média, sobretudo a partir do século XII, também foi destacado por Juliana de Souza e Ronaldo Vainfas (1999) como associado aos valores de virgindade e maternidade.¹⁷ Nesse período, Maria era tida como personagem central no universo religioso, o que pode ser observado na iconografia, na arquitetura e na literatura.¹⁸ A relação da Virgem com a salvação já estava consolidada no medievo, pois “nas narrativas produzidas na abadia de Cluny, eram apresentadas a necessidade de esmolas e da celebração da alma dos mortos, além de apresentar a Virgem Maria como principal auxiliar das almas quanto à salvação”.¹⁹

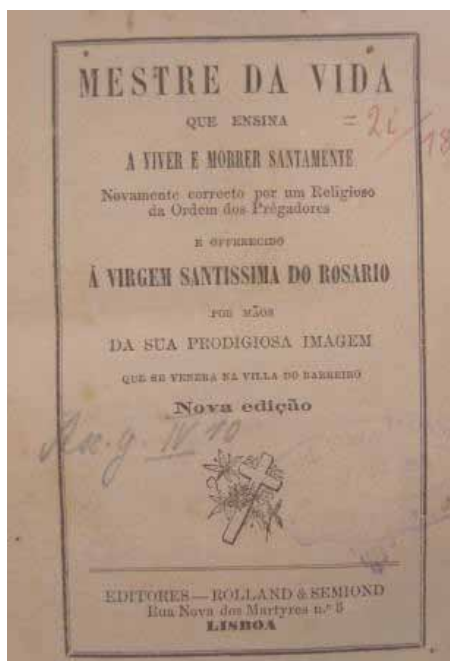
Dentre os indícios de prática do culto mariano nos reinos católicos da Península Ibérica durante o medievo, destacam-se as *Cantigas de Santa Maria*, um conjunto de poesias musicadas do século XIII, tidas como a “maior compilação medieval em louvor da Virgem”.²⁰ Esses poemas “narram muitos milagres da Virgem concedidos em diversos santuários marianos da Europa”. Com as cantigas, “Afonso X procurou ... espalhar a devoção e o louvor a Nossa Senhora”, sendo algumas delas “referentes a peregrinos e a milagres ocorridos em terras portuguesas” (Pereira, 2009, p.2), que, possivelmente, favoreceram o incremento da devoção a Maria com o ideal cavaleiresco do medievo, que definia a Virgem como protótipo perfeito para a mulher.

Durante o período das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, as invocações à Virgem serviam de modelo para nomear embarcações, como a *Santa Maria* de Colombo, e batizar ilhas, como a Santa Maria da Conceição. Além disso, os navegadores carregavam consigo imagens da Virgem como, por exemplo, a de Nossa Senhora da Esperança, trazida por Cabral em sua expedição (Souza, 2001a, p.78). No século XVI, o culto a Maria, além de se intensificar, passou a desempenhar novo papel ao ser usado como arma contra a Reforma de Lutero, transformando-se, a partir de então, em símbolo de identidade religiosa e fidelidade à Igreja católica²¹ (Souza; Vainfas, 1999, p.203).

Essa mobilização da Igreja em torno do culto à Virgem parece ter tido sucesso, pois segundo Michel Vovelle, entre os séculos XVI e o final do XVIII, a Virgem é praticamente onipresente nas pinturas provençais, mantendo sua condição de ‘rainha do purgatório’ e de ‘nossa defensora’.²² À Virgem também são dedicadas obras de teologia moral e, até mesmo, tratados de cirurgia e de medicina no século XVIII – sob as denominações de *Maria Santissima de los Llanos*, *Prodigiosa Imagen de Guadalupe*, *Maria Santissima del Rosario* e *Virgen de los Dolores* –, como pudemos constatar em investigação recentemente-

te concluída.²³ Ao analisarmos alguns desses tratados setecentistas, averiguamos que, na maioria das vezes, seus autores, para além das funções ligadas às artes de curar, mantinham estreita relação com a Igreja, integrando ordens religiosas ou os quadros eclesiásticos. As dedicatórias à Virgem nesse gênero de publicações constituíam-se, na verdade, em reverência ao ‘grande artífice da cura’ – Deus – e em estratégia de legitimação do conhecimento divulgado, mediante o atendimento às normas de aprovação e de circulação vigentes no período.²⁴ O autor do manual *Mestre da Vida* – o frade dominicano João de Castro – confirma a utilização dessa prática usual no período, ao dedicá-lo à “Virgem Santíssima do Rosário por mãos da sua prodigiosa imagem que se venera na Vila do Barreiro” (Figura 2).

Figura 2 – Frontispício de *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*



Na América portuguesa, o culto mariano se difundiu a partir do ingresso de colonos devotos da Virgem, tendo, porém, sofrido algumas adaptações, especialmente entre o século XVII e o XVIII. Quando em 1764 a inglesa Jemima Kindersley (1741-1809) – a primeira mulher a registrar suas impres-

sões sobre o Brasil²⁵ – registrou o cotidiano da cidade de Salvador nas cartas que redigiu, destacou que nas casas das pessoas ‘de alguma distinção’, os cômodos possuíam paredes brancas decoradas com pinturas da Virgem. Nas igrejas da cidade, Kindersley encontrou estátuas da Virgem “ricamente vestidas”, sob os cuidados de padres que mantinham em gavetas “ricos trajes bordados” e “belas joias, com as quais as apreciadas imagens são adornadas nas ocasiões solenes” (França, 2008, p.43-44).

De todo modo, a devoção a Maria, na América portuguesa, era quase uma prerrogativa da mariologia medieval, na medida em que “Maria é apresentada como a Mãe de Jesus em quase todas as suas expressões: de alegria, de tristeza, de solidão, de glória, de triunfo. Maria que tinha poder para dar a vitória em batalhas difíceis, como a de Aljubarrota; Maria que livraria do purgatório; Maria que protegeria seus devotos dos perigos de pestes, doenças...”²⁶ Essa representação positiva de Maria foi construída sob o argumento de que sua maternidade foi uma resposta ao apelo de Deus para a concepção de Jesus. O teólogo francês Bernard Sesboüé destaca que a maternidade virginal de Maria foi acionada pela Igreja para que se estabelecesse a relação entre pureza e salvação das almas dos pecadores. Como mãe do Salvador, a Virgem também passou a possuir, para a Igreja, um papel salvacionista.²⁷

Nos séculos XVII e XVIII, as devoções marianas se multiplicaram e a literatura especializada sobre a Virgem integrou-se à história da salvação. Segundo Richard Nebel, a Península Ibérica conheceu, a partir do século XVII, muitas personificações e representações da Mãe de Deus, elevando a veneração mariana ao centro da fé cristã.²⁸ Nesse sentido, a atuação contrarreformista da Igreja católica foi eficiente no que se refere à divulgação do culto mariano, principalmente se considerarmos que publicações como o manual *Mestre da Vida* tiveram sucesso, aceitação pelo público e ampla divulgação até o século XIX. Nessa centúria, o fervor devocional continuou crescendo, a tal ponto que “em 1842, se redescobre o *Tratado da verdadeira devoção à Santa Virgem*, de Luís Maria Gringnion de Monfort, que data do século XVII e exercerá uma grande influência” na devoção mariana (Sesboüé, 2005, p.468).

O dogma da ‘Imaculada Conceição’ de Maria – em decorrência de sua maternidade divina – foi instituído somente no século XIX. Todavia, esse debate acompanhava a Igreja desde o período medieval, pois a ‘festa grega da Conceição de Maria’ se difundiu por toda a Europa no século XII e o Concílio de Basileia, em 1439, também o instituiu, até mesmo com “a festa de 8 de dezembro para toda a Igreja” (Sesboüé, 2005, p.495). Mas o dogma só foi oficialmente instituído em 8 de dezembro de 1854, pelo papa Pio IX, que definiu

solenemente a Imaculada Conceição da Virgem Maria, sendo esta “isenta do pecado desde o primeiro instante de sua existência” (Sesboué, 2005, p.497).

Como pudemos constatar, a devoção a Maria, que já vinha se estruturando desde o período medieval, passou a ser ainda mais divulgada entre os séculos XVII e XIX, tanto pelos religiosos e pela Igreja – mediante a pregação e Concílios – quanto por livros de moral cristã e manuais devocionais – como o *Mestre da Vida* – que eram lidos pelos fiéis católicos. A seguir, analisaremos mais detidamente as representações da Virgem e as formas de culto a ela prestadas que identificamos na obra de João de Castro.

SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA VIRGEM MARIA

As representações da Virgem presentes no manual *Mestre da Vida* enfatizam a sua castidade, pureza e virgindade, apresentando-a como modelo de abnegação e de fé proposto pela doutrina católica. Sua ‘vida’ é apresentada como uma espécie de arquétipo de vida cristã perfeita. A ‘Maria sempre virgem’ – ou ‘Rainha das virgens’ – se manteve ‘soberana senhora’ ao ser concebida como ‘Santa Mãe de Deus’, alcançando, em razão disso, os títulos de ‘glória de Jerusalém’ ou de ‘Estrela gloriosa’, servindo de ‘claríssimo espelho de humildade’ e de exemplo a todos os pecadores (Castro, 1882, p.120-250).

Para a garantia da saúde perfeita, do corpo e do espírito, Maria era considerada a ‘saúde dos enfermos’ e ‘o auxílio dos cristãos’, a quem se deveria recorrer em tempos de moléstia, de dores e sofrimentos, pois era capaz de remediar ‘não só as doenças do corpo, mas as da alma’. A Virgem Maria era, ainda, representada como o ‘refúgio dos pecadores’, a ‘consoladora dos aflitos’, a ‘porta do céu’ e a ‘estrela do céu’, para os atormentados pelos pecados do orgulho e do egoísmo, que impediam o encaminhamento da alma à salvação eterna após a morte (Castro, 1882, p.184-254).

Essas representações da Virgem são constantemente retomadas ao longo do manual, reforçando para o leitor – ou para o ouvinte – a sua importância na vida dos cristãos ou daqueles considerados perfeitos cristãos. Ao leitor do manual²⁹ cabia demonstrar sua devoção à Virgem, por sua condição de modelo de humildade, de garantia de uma vida saudável e de salvação na hora da morte. O manual apresentava, em razão disso, não apenas um grande número de orações dedicadas a ela, mas também a recomendação de que os fiéis entregassem sua alma aos cuidados da Santíssima, a ‘rainha dos céus e da terra’. Para o culto mariano, valia o adágio segundo o qual a lei da oração é a lei da fé – *Lex orandi, Lex credendi* – (Sesboué, 2005, p.467).

As inúmeras adjetivações que a Virgem Maria recebeu no manual foram construídas de acordo com a doutrina da Igreja católica, não apenas se impuseram historicamente, como também favoreceram a ampliação e a disseminação da devoção e culto à santa. Se sacerdotes, no exercício de seu ofício, recorriam aos manuais para orientar os fiéis, é possível supor que os qualificativos e as funções atribuídas a Maria tenham funcionado como eficientes meios de conversão, na medida em que a Virgem era apresentada como o socorro e a cura para diversos males, em especial, dos pecadores, dos sofredores, dos enfermos e dos aflitos.

Já no início do manual, encontramos a seguinte orientação: “Assim que o cristão acordar a horas competentes de se ir levantando da cama, encaminhe logo a Deus o seu pensamento, benza-se e reze três vezes a Ave Maria” (Castro, 1882, p.1). A devoção à Virgem, como pudemos constatar no manual, previa muitas orações e louvações ao Rosário.³⁰ Vale lembrar que a devoção ao Rosário cresceu em um momento em que, segundo a historiadora Juliana de Souza, “a Igreja se sentia fraca e a apontava para uma disposição combativa. O método de oração proposto pelo rosário valorizava, ao lado da repetição das ave-marias, a meditação, restabelecendo a contemplação interior” (Souza, 2001b). A devoção à Virgem e ao rosário foram, portanto, “armas em um tempo em que, cada vez mais, os católicos pareciam acreditar na exterioridade da fé e na compra de indulgências para alcançar a salvação” (Souza, 2001b).

A devoção a Maria se afirmava pelas orações que os devotos deviam lhe dedicar para alcançar a purificação da alma, e, conseqüentemente, a ‘digna morada’, como se pode constatar nesta ‘antífona devotíssima, em obséquio da Imaculada Conceição Mãe de Deus’:

*Toda sois formosa, ó Maria,
E mácula não houve em Vós:
Vós sois a Glória de Jerusalém,
Vós sois a Alegria de Israel,
Vós sois a Honra do nosso povo,
Ó Maria, ó Maria,
Virgem elementíssima,
Rogai por nós,
Intercedei por nós a Jesus Cristo Senhor nosso.
Imaculada fostes, ó Virgem, na vossa Conceição.
Rogai por nós ao Pai, cujo Filho paristes. (Castro, 1882, p.182-183)*

A formosa e purificada Maria, como aponta a oração aqui transcrita, auxiliava ainda na condução de uma vida santa, principalmente para as mulheres.³¹ Ao se comunicar com a Virgem por meio de orações, o fiel estava, mediante práticas de exercícios espirituais, policiando suas atitudes mediante uma reflexão íntima, que favorecia a ligação mística com o transcendental.³²

Outra oração à Virgem recomendava que sobre o peito, na altura do coração, fossem colocadas três cruzes durante as orações da manhã e da noite, para assim alcançar a castidade. Somente a “Virgem Puríssima”, que manteve a “santíssima virgindade antes do parto, no parto e depois do parto” poderia eliminar o “apetite sensual” (Castro, 1882, p.183-184) e as manchas e das impurezas. Nota-se aqui uma preocupação em enfatizar a fé em Maria como um meio de eliminar o ‘apetite sensual’ – ou, por que não dizer, sexual – e manter uma conduta santificada, baseada no exemplo de pureza e manutenção da virgindade da própria Mãe de Jesus.

As orações dedicadas à Virgem, a ‘Estrela do Céu’, auxiliavam no combate aos ‘influxos dos astros, que por suas malignas disposições ferem ao povo com mortais chagas’. Morrer em decorrência de alguma peste significava a possibilidade de morrer repentinamente, sem a administração dos sacramentos, e impondo à alma a eterna condenação. As orações parecem, efetivamente, apontar para a consciência dos perigos que as pestes representavam para os devotos, que, além de pedirem ‘Livrai-nos da peste’ (Castro, 1882, p.184), invocavam a Mãe, cujo ‘sagrado peito’ ofertou ‘docemente o contraveneno’ à condenação da alma.

Por fim, também, a oração “Salve Rainha” parece estar carregada de significados:

Salve Rainha, Mãe de Misericórdia, Vida doçura, e esperança nossa, salve. A Vós bradamos os degradados filhos de Eva. Por Vós suspiramos, gemendo, e chorando neste vale de lágrimas. Eis pois, advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei. E depois deste desterro nos mostrai a Jesus, bento fruto do vosso ventre, ó clemente, ó piedosa, ó doce sempre Virgem Maria. Rogai por nós. Santa Madre de Deus, para que sejamos dignos das promessas de Cristo. Amem Jesus. (Castro, 1882, p.277)

É possível perceber que Maria não é a salvadora, mas, apenas a intermediária, a intercessora, a conciliadora entre o pecador arrependido e o salvador. Ela sempre aparece vinculada a Jesus e ao projeto salvífico, a quem se roga – como nessa oração – que ‘depois deste desterro nos mostrai a Jesus’. A ‘Santa

Madre’ aparece não apenas como mãe de Deus, mas como mãe dos homens, sendo um protótipo de mãe ideal e protetora, ‘piedosa’ e ‘doce’. Essa oração – assim como outras dedicadas à Virgem – reforçava a ‘esperança’ de/na salvação, na medida em que Maria advogava e rogava ‘por nós’.

O *Mestre da Vida* também orientava o devoto a ‘meditar o rosário’ com base em seus ‘mistérios’: os *mistérios gozosos*, os *mistérios dolorosos* e os *mistérios gloriosos*.³³ Dentre eles, nos deteremos nos *mistérios gozosos*, pois referem-se a como certas passagens da vida da Virgem Maria deveriam ser meditadas pelos fiéis. Os *mistérios gozosos* são cinco e estão relacionados com as atribuições da Virgem, tidas como modelos de vida cristã. O primeiro mistério é aquele em que Nossa Senhora ‘foi saudada pelo Anjo S. Gabriel e lhe foi dito que havia de conceber a Jesus Cristo’. No discurso de meditação apresentado, João de Castro se propõe a sensibilizar os fiéis para a humildade e o amor demonstrados por Maria, contrapondo-os à soberba e ingratidão dos humanos, ao afirmar: “Horroriza-te, católico, e cuida em unir-te a Deus que te chama” (Castro, 1882, p.120).

O segundo mistério diz respeito à visita que Maria fez a sua prima, santa Isabel, que estava grávida. Na meditação, o objetivo é o de demonstrar que Maria não mediu esforços para auxiliá-la, numa “ação de caridade”, promovendo a reflexão dos fiéis sobre a “culpável indiferença nas necessidades alheias” e sobre a importância da oração para a limpeza do coração “de todo pecado” (Castro, 1882, p.121-122).

O terceiro mistério refere-se ao nascimento de Jesus Cristo, em Belém. Com a intenção de ressaltar que Jesus nasceu na pobreza, esse mistério pretendia ensinar aos pobres a resignação pela pobreza e aos ‘ricos’ o bom uso dos bens que possuíam, mediante a seguinte recomendação: “Alegre-se, pois o pobre com a sua sorte; o rico ame a pobreza fazendo bom uso dos bens que possuir e vivendo conforme as leis da temperança, da justiça e da equidade ... nos alcançai que vivamos nós tão pura e santamente” (Castro, 1882, p.123).

O quarto mistério diz respeito à ‘purificação’ de Maria no Templo e ao ‘oferecimento do menino Jesus’. Esse mistério tinha a intenção de demonstrar que apesar da ‘maternidade divina’ e da ‘virgindade inviolável’, Maria ‘não se vale do seu privilégio’, mas sim, ‘sujeita-se a ela para edificar o próximo e não escandalizar a gente simples que ignorava os motivos da sua isenção’. Muitas seriam, assim, as razões para que, diante de tanto amor e humildade, “possamos louvar-vos de dia e de noite” (Castro, 1882, p.123-125).

O quinto mistério trata da busca que Maria empreendeu por seu filho, durante três dias consecutivos. O mistério procura ensinar ao cristão que, do

mesmo modo como Maria buscou incansavelmente o menino Jesus, vindo a encontrá-lo num templo de Jerusalém, era necessário buscar e procurar a Deus no templo religioso, o ‘lugar mais próprio da sua habitação’. A oração à Virgem incluía o pedido: “concedei que saibamos buscar e mereçamos achar a este Senhor na Igreja católica e não consistais que por nossos pecados nos apartemos jamais dele” (Castro, 1882, p.126-127).

Outro modo de devotar a Virgem Maria, conforme o manual de João de Castro, estava no modo correto de realizar novenas durante as festividades a Nossa Senhora. Para cada dia da novena – nove dias de orações e cultos – o manual trazia instruções de como os fiéis deveriam expressar sua religiosidade e adoração a Maria.

Se, de fato, na crença cristã, Maria Santíssima, ‘por gozar da mais alta dignidade e excelência’, recebia esse título com ‘todo o valimento’, cabia a pergunta: ‘Com que esforço pois e com que ânsia não devemos procurar o ter da nossa parte uma semelhante protetora?’. Diante disso, o cuidado, o desvelo no cumprimento das obrigações religiosas e da devoção e veneração a seu filho, Jesus, era uma das maneiras não só de conquistar seu amparo e proteção, mas também de festejá-la. Os festejos deveriam ser percebidos, ainda, como uma forma de cultuar Jesus, pois “seria loucura nossa e injurioso a mesma Senhora o valermo-nos da sua maternidade a nosso respeito, como um muro forte, para ao abrigo dele ofendermos mais seguramente a Jesus Cristo”, já que “primeiro foi ela mãe deste Senhor; ama-o muito; zela muito a sua honra; e se desgosta muito de que o ultrajem. Fugamos de causar-lhe este dissabor para ela nos valer e conseguir-nos a celestial felicidade” (Castro, 1882, p.249-251). Dentre as recomendações para o terceiro dia da novena estava a de reverenciar a Virgem com devoção, atitude que garantiria o afastamento do devoto de todos os perigos, angústias e tentações que poderiam vir a comprometer a salvação de sua alma no Juízo Final, como percebemos nesta transcrição:

Considera que a Santíssima *Virgem é a causa da nossa alegria*; pois livrando aos seus devotos das maiores tribulações, trabalhos, perigos, angústias e tentações os enchem de um especial prazer e consolação. Esforcemo-nos em venerar a esta Soberana Senhora e em recorrer sempre a ela com devoção. Porém, nem esta pode ser fiel, nem Maria dar-se por satisfeita para nos liberalizar semelhantes benefícios e *alegrar-nos* se a nossa vida for pecaminosa e dissoluta e as nossas ações não se conformarem com as suas. Invoquemos portanto sem cessar a Santíssima Virgem e façamos quanto está da nossa parte, que *ela nos influirá sentimentos de virtude e de santidade*; e nós como seus verdadeiros devotos, vivere-

mos neste mundo alegres em o Senhor e alegres passaremos aos gostos celestiais. (Castro, 1882, p.250-251, grifos nossos)

Essa passagem apresenta a Virgem como aquela que, além de promover a alegria e os bons sentimentos, possui virtudes que deveriam ser imitadas pelos fiéis, para expiação e tranquilização das consciências, sobretudo, dos pecadores. Deve-se considerar que a crença no Juízo Final não apenas determinava as preocupações dos fiéis com o destino de suas almas, como reavivava a culpabilidade pessoal,³⁴ razão pela qual se impunha a invocação e a devoção a Maria.

No quarto dia da novena, as orações invocavam a Virgem como garantia de proteção contra os perigos do mundo, incitando os fiéis ao arrependimento:

nós devemos chegar a ela para aí acharmos um asilo e proteção que nos sirvam de escudo contra os tiros da cólera Divina e os de nossos inimigos; porém ele não nos dá segurança para continuarmos nas nossas desordens. Se acaso pela fragilidade humana e natureza corrompida, de que bem a nosso pesar somos participantes, cairmos em culpas, arrependamo-nos e procuremos logo reconciliar-nos com Deus pelo Sacramento da Penitência. E para evitarmos as baterias e ciladas, que o demônio nos arma e os castigos que pelos nossos pecados temos merecido: recorramos com fiel devoção a Maria. Amparemo-nos a esta Torre seguríssima e fortemente armada para nos defender de todos os perigos e para ao abrigo dela entrarmos triunfantes em a Santa Cidade de Sião. (Castro, 1882, p.252-253)

Como se pode constatar, o manual apresenta Maria como ‘um asilo e proteção’ diante da ‘cólera divina’ e das ‘ciladas que o demônio nos arma’, proteção que implicava o arrependimento e a reconciliação com Deus ‘pelo Sacramento da Penitência’.

No quinto dia da novena, as orações feitas à Virgem remetem às obrigações cristãs, tais como a caridade, comportamento virtuoso que facilitava a abertura da ‘porta celestial’ ao devoto:

Considera que a Maria Santíssima é a Porta do Céu por onde nos veio a redenção e por onde Deus está continuamente espalhando sobre nós tantos auxílios e favores. A que ponto pois de infelicidade não seríamos reduzidos se para nós se fechasse esta Porta Celestial? Para que não nos aconteça como às virgens loucas, que não foram admitidas às núpcias e se lhes fechou a porta, vigiemos sempre sobre as nossas obrigações; porque não sabemos o dia nem a hora em que seremos chamados; e tenhamos muito cuidado em que não se extinga em

nós o óleo da caridade. Para isto invoquemos e recorramos sempre a Maria, que será Porta do Céu patente para recebermos as graças do Senhor e entrarmos na festividade das bodas celestiais e eternas. (Castro, 1882, p.253)

O excerto que destacamos revela que o acesso ‘às bodas celestiais e eternas’ – a finalidade última de todo esforço de aperfeiçoamento moral³⁵ –, estava condicionado à avaliação de Maria – ‘a Porta do Céu’ –, atenta às invocações e aos comportamentos dos homens.

Para o sexto dia da novena, o manual ressaltava a necessidade de livrar-se de todos os males da alma, cujo remédio mais eficaz era a proteção da Virgem:

Considera que Maria Santíssima é a Saúde dos enfermos e remedia não só as doenças do corpo mas as da alma. Estas são as que devem dar-nos o maior cuidado e ser lançadas fora de nós com a maior diligência. Para este fim invoquemos continuamente a Maria; porém ao mesmo tempo não ponhamos obstáculos a nossa cura. Nós quando seriamente queremos sarar das moléstias do corpo nos aproveitamos dos remédios que se julgam mais eficazes e fugimos de tudo aquilo que é nocivo a nossa saúde. E por que não praticaremos o mesmo nas enfermidades da alma que só verdadeiramente são temíveis e perigosas? Fugamos portanto dos vícios, pois as aumentam e recorramos a um efficacíssimo remédio, qual a proteção da Santíssima Virgem e nós conseguiremos aquela corporal saúde que for mais conveniente para a espiritual a que se seguirá o descanso eternamente feliz. (Castro, 1882, p.253-254)

A devoção a Maria aparece como um modelo ideal para a garantia de saúde física e espiritual, uma vez que é representada como ‘remédio’ para as ‘enfermidades da alma’, cuja eficácia estaria no afastamento dos vícios. Já a referência à saúde física está, com certeza, associada ao medo provocado pelas constantes pestes que assolavam a Europa do século XVIII (Delumeau, 2009, p.182), favorecendo o incremento da devoção à Virgem.

Para o sétimo dia da novena estavam previstas orações que representavam a Virgem como um refúgio diante dos ‘perigos de vida e de morte’, e que conduzia os fiéis à bem-aventurança:

Considera que Maria Santíssima é o refúgio dos pecadores e que se ela não se compadecesse tanto das nossas misérias que seria de nós! Mas porque a sua compaixão tem sido grande havemos de abusar dela amontoando umas a outras culpas, ficando nestas habituadas e sempre com desejos de cometer novos delitos? E poderemos persuadir-nos de que a semelhantes pecadores há de refugiar

uma Virgem, que pelas suas virtudes nos é proposta, como um perfeito modelo e pela sua santidade aborrece sumamente ao pecado? Isto seria injuriá-la fazendo-a coadjutora dos nossos crimes. Cuidemos em seguir quanto nos for possível o seu exemplo: e arrependendo-nos de ter ofendido a Deus fuçamos de recaídas. Oremos para isto com fervor e recorramos com confiança a Maria e experimentaremos que ela como nosso refúgio em os perigos da vida e da morte nos livra deles para conduzir-nos a Bem-aventurança. (Castro, 1882, p.254-255)

Neste, e em todos os outros dias da novena, Maria assume a função de mediação salvacionista, sendo apresentada como o ‘perfeito modelo’ de santidade, que deveria ser seguido pelos católicos. No imaginário católico, a Virgem apresenta um caráter universal (sendo a mãe de Jesus) e um caráter particular (possui diferentes invocações), com “sua capacidade de ser única e ao mesmo tempo múltipla” (Reesink, 2003, p.134). Além de definir qual deveria ser o comportamento do devoto nos dias da novena, João de Castro aponta para as peculiaridades e particularidades da santidade da Virgem – independentemente de sua invocação –, reforçando o discurso universal de salvação da Igreja católica.

O consolo na hora da morte é o tema de reflexão proposto para o oitavo dia da novena, já que Maria é tida também como a consoladora dos aflitos. As instruções previam que o fiel deveria evitar os exageros dos prazeres mundanos:

Considera que por ser Maria Santíssima a Consoladora dos aflitos, temos os mais fortes motivos para esperar que ela nos console na hora da morte; hora da nossa maior aflição. Mas para que esta nossa esperança seja bem fundada devemos não nos engolfar nos regalos e prazeres mundanos. A Soberana Virgem se goza de tanta doçura e de tanta glória, primeiro padeceu na terra muitos trabalhos e amarguras sempre resignada ao seu Deus. Ela nos convida a seguir a sua sorte e a sofrer com resignação neste mundo as penas e mortificações transitórias para assim a acompanharmos nos gostos celestiais e eternos. (Castro, 1882, p.255)

O ‘sofrer com resignação’ era a recomendação para aqueles que desejavam o ‘consolo na hora da morte’ – ‘hora da nossa maior aflição’ –, que seria obtido mediante o rechaço dos ‘prazeres mundanos’, considerados perniciosos para aqueles que desejavam gozar dos ‘gostos celestiais e eternos’, ou seja, da salvação. Maria não apenas auxilia e conforta a alma do devoto na hora da morte, como, mediante seu poder e doçura, contribui para um passamento tranquilo e sem dor. Além disso, ela se encarregaria de, com seu exemplo de

resignação e de confiança na promessa de eternidade, reduzir o medo que os fiéis tinham da morte.

Por fim, para o último dia da novena, e seguindo a orientação de afastamento dos prazeres carnavais e mundanos, os católicos são instados a testemunhar e a perseverar em manter uma vida livre de escândalos:

Considera que Maria Santíssima é o Auxílio dos cristãos; e gozando nós deste caráter temos na mesma Senhora quem eficazmente nos ajude e nos ampare. Mas como poderemos estar certos deste benefício se de católicos nada mais conservamos do que apenas o nome? Se as nossas obras não derem testemunho de que na realidade somos cristãos, pouco vale que como tais nos nomeemos. Não basta detestar esses sentimentos tão prejudiciais à verdade e à Religião, sentimentos que o espírito de novidade e o capricho do bom gosto inventam a cada passo; é preciso que fujamos de uma vida livre, culpável e escandalosa. Roguemos devota e fervorosamente a Santíssima Virgem e ela será o nosso Auxílio para sermos livres de tantos males e de todos os perigos e para conseguirmos a eterna felicidade. (Castro, 1882, p.256)

Nesta passagem, o autor do manual parece demonstrar sua contrariedade diante do desvirtuamento da prática de ‘obras’ pelos católicos, revelando sua percepção acerca de alguns comportamentos da sociedade setecentista europeia. Deve-se considerar que Castro redige o manual numa época em que as elites ibéricas – nobres e burguesas – ainda desfrutavam das riquezas provenientes do Império colonial americano, o que talvez tenha levado Castro a criticar ‘o espírito de novidade e o capricho do bom gosto [que] inventam a cada passo’, fazendo crer na necessidade de manter-se distância de ‘uma vida livre, culpável e escandalosa’.

Essa novena para a festa de Nossa Senhora tinha, evidentemente, a intenção de preparar e orientar o fiel na devoção à Virgem, caracterizando-se por recomendações que pressupunham uma vivência devocional interiorizada, da qual resultariam condutas esperadas do devoto da Virgem.

SOBRE A VIRGEM E A INTERCESSÃO PELA SALVAÇÃO DAS ALMAS

Na doutrina cristã católica, Maria, Mãe de Jesus Cristo, sempre esteve associada à salvação das almas, como se pode constatar na tradicional oração, reproduzida no manual *Mestre da Vida*: “Ave Maria cheia de graça, o Senhor é convosco: benta sois Vós entre as mulheres, e bento é o fruto do vosso ventre

Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora, e na hora da nossa morte. Amém Jesus” (Castro, 1882, p.276). Para o homem setecentista, ‘morrer pecador significava ir para o Inferno, onde a alma sofreria eternos suplícios’,³⁶ percepção que se faz presente no manual escrito por João de Castro e que confere importância à intercessão de Maria. Essa mediação está evidenciada no uso do verbo *rogai*, invocado principalmente ‘na hora da nossa morte’, indicando que o pedido não é feito apenas na iminência da ‘minha’ morte, mas da ‘nossa’ morte.³⁷

Na América Colonial, os missionários eram instruídos a confiar na ‘intercessão da Soberana Virgem’, que auxiliava no encaminhamento da salvação, com a administração dos necessários sacramentos. A devoção à Virgem, tida como garantia da salvação, foi destacada por Zulmira Santos em seu estudo sobre a atuação da Companhia de Jesus no período compreendido entre o final do século XVII e o início do XVIII (Santos, 2004, p.582). Segundo a autora, o programa doutrinário da Companhia, entre outras coisas, considerava “a importância e necessidade da confissão e comunhão frequentes, a oração mental [e] a prática dos exercícios espirituais”.³⁸ O jesuíta José de Anchieta chegou a afirmar que “Deus teria conferido à Virgem Maria a missão de multiplicar seus filhos, estendendo a ela a quarta parte do mundo, para ali, também, repartir suas graças”. Maria, por estar próxima de Deus e dos homens, representaria o elo “entre o Céu e a terra” (Souza; Vainfas, 1999, p.205).

Se cabia ao cristão pensar cotidianamente na salvação da sua alma, era diante da iminência da morte que a busca pela proteção e pela ‘glória’ eterna se tornavam mais presentes, como se pode constatar nesta oração a Maria Santíssima indicada pelo manual:

Ó Virgem piedosíssima, e amabilíssima senhora, não se ouviu até agora dizer que Vós desamparásseis a alguém que vos tenha suplicado os vossos socorros e os vossos auxílios. Vós, como mãe a mais terna, sois sensível aos nossos rogos e às nossas misérias. Com que confiança, pois a Vós recorro para me acudirdes na hora da minha morte! Empenhai-vos ó Mãe clementíssima e poderosíssima, empenhai-vos em favorecer-me e patrocinar-me nesse perigoso momento em que tenho mais necessidade da vossa eficacíssima proteção. Faça-me (sic) participante da sua (sic) glória por todos os séculos. (Castro, 1882, p.11-12)

Uma oração feita ‘com fervor’ à Virgem conduzia o cristão ao refúgio e à proteção diante dos ‘perigos’ da morte, como se depreende das seguintes recomendações encontradas no manual: ‘recorramos com confiança a Maria e

experimentaremos que ela como nosso refúgio em os perigos da vida e da morte nos livra deles para conduzir-nos à Bem-aventurança'. Da mesma forma, o manual reforçava constantemente a necessidade de esforço em 'recorrer sempre a ela com devoção', a acompanhá-la 'nos seus mesmos sentimentos', de tal modo a poder participar da 'fidelidade' e 'constância' a ela atribuídas (Castro, 1882, p.204-255).

À Virgem cabiam os pedidos dos últimos instantes de vida, quando o moribundo em prece e, dirigindo-se a ela, solicitava socorro e amparo, em busca da 'última graça', 'a coroa de todas', ou seja, 'uma santa morte'. A preocupação com a salvação da alma dominava as rogações à Virgem e está reiteradamente presente no manual que analisamos:

A minha alma, Virgem Maria, alcance vida eterna pelos vossos merecimentos e pelas vossas intercessões ... Intercedei por mim ao Rei da Glória Soberana Senhora ... salvai a alma deste pecador que tem a honra de ser vosso filho ... ó Rainha e Senhora de todo o universo, escada do Céu, trono de Deus, porta do Paraíso, escutai os rogos deste pobre, não desprezeis os gemidos deste miserável ... socorrei a este no seu último combate ... dignai-vos livrar a alma deste vosso servo das penas eternas e fazei-a gozar com gosto dos bens celestes. (Castro, 1882, p.329-350)

Maria era aquela que poderia livrar o cristão da condenação, dos castigos e do inferno e, ainda, das armações do demônio. Se, como vimos nas orações aqui analisadas, em relação aos primeiros perigos, 'temos os mais fortes motivos para esperar que ela nos console na hora da morte', já que era 'a consoladora dos aflitos' e 'a maior advogada para nos livrar da condenação eterna que temos merecido pelas nossas culpas', em relação às outras ameaças Maria era percebida como um antídoto "para evitarmos as baterias e ciladas que o demônio nos arma e os castigos que pelos nossos pecados temos merecido" (Castro, 1882, p.251-256).

A um enfermo, na proximidade da morte, era recomendado que pedisse: "Santíssima Virgem Mãe de Deus e advogada dos pecadores, socorrei a este no seu último combate. Não me desampareis no tempo da minha maior necessidade. É agora que eu mais preciso da vossa caridade maternal e de todo o crédito que tendes junto de vosso filho". Em outra passagem do manual, encontramos as seguintes invocações: "Virgem Santíssima, refúgio de pecadores e consoladora de aflitos ... vos pedimos que assistais e defendais a este vosso

servo na hora da sua morte” (Castro, 1882, p.342-352) ou, então, esta que também pede pela salvação da alma:

Maria Santíssima, Mãe de Deus, agora, Senhora, é tempo de mostrardes que sois minha Mãe amorosíssima: tirai-me deste conflito: pelas dores, suspiros e agonias, que tivestes ao pé da Cruz, ponde os olhos na minha alma que tão cercada se vê de aflições. Conduzi-a Vós à presença do vosso e meu amado Jesus; representai-lhe os vossos serviços e pedi-lhe que em recompensa deles meta a minha alma na posse da eterna felicidade. (Castro, 1882, p.353-354)

O manual de Castro dedica várias páginas a orientar os fiéis da Santíssima a como rogem pela sua intercessão ‘na hora da morte para que livres das ilusões e tentações do demônio’, a fim de merecer a ‘Sagrada Morte’. Numa delas, o devoto deveria dizer: “nas vossas mãos entrego a minha alma: ao vosso cuidado entrego o negócio da minha salvação...”, enquanto em outra, deveria reforçar o vínculo entre a Virgem e o devoto: “sede servida de nos alcançar nossa salvação com a vossa eficaz intercessão” (Castro, 1882, p.5-145).

Na América Portuguesa,³⁹ Maria Santíssima, “mãe dos pecadores e mãe a mais terna e compassiva ... sensível às nossas súplicas e misérias”, assumiu a importante função de trazer esperança aos seus fiéis que, mediante penitências, novenas e procissões, buscavam livrar-se de suas fraquezas para serem merecedores da salvação (Buarque, 2007, p.5), aspecto que fica bem evidenciado no manual que ensinava a seguinte oração: “concedei-nos que assim como nos alegria a memória desta Soberana Senhora, a sua piedosa intercessão nos favoreça, livrando-nos dos males da presente vida e muito mais da eterna morte” (Castro, 1882, p.250).

O capítulo V do manual *Mestre da Vida* dedica-se a orientar o fiel na devoção ao Rosário,⁴⁰ bem como a destacar os benefícios espirituais que dela resultariam. A ele foi agregado o “Sumário das Graças e Indulgências concedidas por muitos Pontífices aos Confrades e Devotos do SS. Rosário, declaradas na Bula de Inocência XI”, de 31 de julho de 1679,⁴¹ e em outras bulas (Castro, 1882, p.108). Interessante perceber que a reza do terço (ou rosário) consistia em um canal de comunicação dos fiéis com a Virgem,⁴² cuja importância estava em proteger um familiar morto ou garantir a própria condução da sua alma ao caminho da salvação. O Quadro 1 apresenta os benefícios concedidos – as indulgências – para cada ação realizada pelos confrades que devotavam e traziam consigo o Rosário:

Quadro1 – Indulgências para os confrades de Nossa Senhora do Rosário

Ação de todos os confrades que:	Benefício
Trouxeram consigo o rosário (p.111)	100 anos de indulgência
Nomearem o nome de Jesus no final de Ave Maria (p.111)	5 anos de indulgência
Pia e devotamente nomearem o nome de Jesus e de Maria dentro ou fora do rosário (p.111)	7 dias de indulgência
Rezarem a terça parte do rosário (p.111)	140 dias de indulgência
Rezarem a terça parte do rosário em qualquer igreja (p.112)	50 anos de indulgência
Arrepentidos, confessados e comungados, nos dias de ressurreição e anunciação rezarem a terça parte do rosário (p.112)	10 anos de indulgência
Em alguma confraria, verdadeiramente arrependidos e confessados rezarem a terça parte do rosário (p.112)	60 mil anos de indulgência
Qualquer fiel que rezar a terça parte do rosário (p.112)	5 anos de indulgência
Devotamente rezarem o rosário ou ao menos a terça parte, ganham por cada padre nosso e cada Ave Maria (p.113)	100 dias de indulgência
Rezarem todos os dias por um ano inteiro o rosário, ou ao menos a terça parte (p.113)	Indulgência plenária em um dia que escolherem no ano, com faculdade de a aplicarem pelos defuntos (p.113)
Arrepentidos e confessados que três vezes na semana devotamente rezarem o rosário (p.113)	10 anos de indulgência
Rezarem o rosário inteiro em cada semana (p.113)	7 anos de indulgência

continua

continuação

Rezarem a terça parte do rosário, de sorte que em toda a semana venham a rezar o rosário inteiro (p.113)	2 anos de indulgência
Rezarem o rosário por toda uma semana (p.114)	Indulgência plenária e remissão de todos os pecados, aplicada pelo confessor que escolherem a seu arbítrio, uma vez na vida e outra no artigo da morte (p.114)
Rezarem o rosário (p.114)	Todas as indulgências que gozam os fiéis do Reino de Espanha
Devotamente assistirem à Procissão do Rosário (p.114)	7 anos e 7 quarentenas de indulgências
Assistirem à Procissão verdadeiramente arrependidos, confessados e comungados (p.114)	Indulgência plenária
Assistirem à Procissão orando piamente a Deus pela concórdia dos Príncipes cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja (p.114)	Indulgência plenária
Por enfermidade ou impedimento legítimo não puderem assistir às ditas procissões... (p.114)	Indulgência plenária
Acompanhar as procissões nos dias devidos (p.115)	100 dias de Indulgência
Acompanhar a procissão nos dias da Purificação, anunciação, visitação, Assumpção, natividade, apresentação e conceição (p.115)	Indulgência plenária
Visitarem a Capela do Rosário na primeira domingo de qualquer mês e em todas as festas da Beatíssima Virgem Maria (p.115)	Indulgência plenária

continua

continuação

Visitarem na oitava da Festa do Rosário a capela em que esteja erigida a Sociedade do mesmo Rosário, em dia que escolherem, se confessados e comungados (p.115)	Indulgência plenária
Derem esmolas, consolarem os enfermos, ensinarem a doutrina ou fizerem qualquer obra de piedade ou caridade (p.116)	60 dias de Indulgência
Rogarem a Deus pelo feliz estado do Romano Pontífice e de toda a Igreja católica (p.116)	Indulgência plenária
No artigo da morte, confessando-se e comungando por Viático (p.116)	Indulgência plenária
Invocarem no artigo da morte o piedoso nome de Jesus com o coração, se com a boca não puderem (p.116)	Indulgência plenária
No artigo da morte, recebendo os santos sacramentos, fizerem protestaçoão da Fé da Igreja e se disserem a Salve Rainha (p.117)	Indulgência plenária
Com propósito firme de se confessarem que (tendo na mão, no artigo da morte, a vela benta da Confraternidade em honra da Virgem Maria) morrerem; se em sua vida tiverem rezado ao menos uma vez o Rosário (p.117)	Indulgência plenária
Caminham, navegam e servem, rezando devotamente todo o Rosário (p.117)	Indulgência plenária

Fonte: elaborado pelos autores, com base no “Sumário das graças e indulgências”.

Além do “Sumário das graças e indulgências”, o manual traz, repetidamente, a recomendação de que os fiéis mantivessem rogação pia a Deus, pela concórdia dos príncipes cristãos, pela extirpação das heresias e pela exaltação da Santa Madre Igreja, para, assim, eliminar qualquer desvio doutrinário que ferisse a moral católica. A divulgação da concessão dessas indulgências visava reforçar a devoção à Virgem Maria, ressaltando a sua capacidade de interceder

pela salvação das almas. O sentimento de arrependimento e os comportamentos devotos deveriam acompanhar os fiéis em suas rezas, peregrinações e visitas a igrejas e, também, durante as festas religiosas.

No manual encontram-se, ainda, ações em que a indulgência concedida fica subentendida pelo leitor, como se pode constatar na concedida ao confrade do Santíssimo Rosário que visitasse cinco altares de qualquer Igreja, “as mesmas Indulgências que ganharia se, peregrinando, visitasse as Estações de Roma” (Castro, 1882, p.116). Já a indulgência plenária de todos os pecados era destinada aos mais pios e aos devotos do Rosário e da Virgem que, mesmo em tempos de enfermidade ou de proximidade da morte, conservavam a fé e a confiança na intervenção da Virgem, mantendo o rosário nas mãos e o pensamento nas orações. De acordo com o autor do manual, João de Castro, vários pontífices concederam indulgências a defuntos, como o papa Inocêncio XI (1611-1689), que “tem concedido perpetuamente que todas e cada uma das indulgências concedidas aos Confrades do Rosário, possam pelos mesmos aplicar-se por modo de sufrágio às Almas dos fiéis defuntos que partiram deste mundo unidas a Deus na santa caridade” (Castro, 1882, p.117).⁴³

Como bem observado por Vovelle, no século XVIII há uma difusão do rosário e do escapulário, devoções que ganharam importância (2010, p.171), o que nos leva a compreender melhor esta afirmação feita pelo autor do manual: “Ultimamente seria preciso um volume separado para referir as Indulgências do Rosário, todos os dias em que elas se ganham; os pontífices que as concederam e as Bulas que as declaram. Basta esta breve notícia e oxalá nós nos aproveitássemos de todas as que vão aqui escritas”. O texto do manual estava, portanto, em sintonia com as expressões de religiosidade vigentes na Europa do século XVIII, ao manifestar uma “sensibilidade nova, em relação a uma Virgem mais afável, graciosa, por vezes, até melosa” (Castro, 1882, p.117), como se constata nas imagens artísticas que a representavam com o Cristo-criança no colo – uma Virgem para “ser contemplada e para dar consolo” (Vovelle, 2010, p.173) – ou na prática, adotada pelas famílias, de se reunirem todas as noites para recitar o rosário (Delumeau, 2009, p.134).

Considerando-se as ações esperadas dos confrades e os benefícios delas decorrentes, percebe-se que elas não apenas definiam um modelo de conduta a ser observado, como também a existência de uma hierarquização – em termos de importância – das ações, passíveis, conseqüentemente, de graças e indulgências maiores ou menores. O “Sumário das graças e indulgências” revela, ainda, a relação estabelecida entre culpa e arrependimento e entre práticas devocionais e o correspondente período de indulgência. Se a salvação da

alma, no Juízo Final – momento em que eram decretadas as penas ou era concedida a vida eterna – era o objetivo final de todo cristão, a devoção e o culto à Virgem eram importante caminho e mediação entre a vida terrena e a glória eterna. As orações do rosário indicam a tentativa de comunicação do devoto com Maria, que podia ocorrer nas igrejas, nas capelas, nas procissões, nas festividades, no lar, no leito de morte ou em qualquer outro local que garantisse a privacidade necessária para a recitação do terço ou de parte dele. As indulgências recebidas, como se demonstrou, estavam condicionadas ao número de orações feitas, à participação nos rituais litúrgicos e à convicção dos pensamentos e sentimentos.

Exercendo a função de mãe do Salvador de todos, Maria prestava assistência a toda a humanidade, garantindo, principalmente, o conforto diante do sofrimento na hora da morte e a tão almejada salvação. Para obtê-la, cabia ao fiel observar as recomendações: devotar-se à Virgem com muita fé, orar e recitar o rosário e, principalmente, adotar uma conduta virtuosa e um comportamento religioso nas novenas e festividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro contato que tivemos com a obra *Mestre da Vida*, chamou-nos a atenção o número de reedições e de traduções que o manual teve no período de 1731 a 1882, instigando-nos a refletir sobre a circulação e a apropriação das orientações de culto e de devoção à Virgem nele prescritas.

Um dos propósitos do autor do manual que analisamos neste artigo era o de orientar os pensamentos e as práticas religiosas dos católicos devotos da Virgem Maria. Independentemente de a leitura do manual se realizar como experiência privada e subjetiva, as constantes republicações parecem apontar para a aceitação das orientações nele constantes e para a sua aplicação pelos católicos – tanto em demonstrações individuais quanto nas coletivas de devoção a Maria – que visavam alcançar “a Vossa graça nos nossos sentimentos” (Castro, 1882, p.180). A adoção das orientações prescritas por João de Castro pode ser percebida, especialmente, no recurso à intervenção mariana para a garantia da salvação da alma – que, aliás, pautou inúmeras passagens do manual aqui analisado – na realização de novenas, nas orações à Virgem e nas concessões de indulgências.

Se, por um lado, deve-se considerar que as várias edições do manual acompanharam as mudanças havidas no âmbito da Igreja católica e nos dogmas marianos – tais como a Imaculada Conceição, no século XIX, e a Assunção

de Maria, no século XX – servindo de inspiração para muitos católicos manifestarem e reafirmarem a sua devoção, por outro, é preciso ter presente que a leitura não prevê sentidos únicos ou compreensões corretas, sofrendo, inevitavelmente, a ação da subjetividade, que interfere nos significados e na atribuição de sentidos pelo leitor (Certeau, 1994, p.49), que podem mudar o sentido intencionado pelo autor e pelas instituições interessadas e envolvidas com a sua produção e circulação. Assim como Roger Chartier, acreditamos que o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador ou pelo editor de uma obra, que recorrem a estratégias para refrear a subjetividade dos leitores e impor uma leitura forçada.⁴⁴ Algumas delas estão mais evidentes, como se pode constatar nos prólogos, prefácios e nas notas, outras se encontram implícitas, “fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão” (Chartier, 1990, p.123). Esse recurso pode ser constatado no Prólogo do manual, em que João de Castro recomenda aos leitores que tirassem “deste Compendio aquele espiritual aproveitamento que é preciso para uma vida e morte santa”, dedicando à Virgem, “soberana Senhora por Deus, especializada entre todas as criaturas e a nossa maior Protetora ... um particular reconhecimento”, oferecendo-lhe “com especialidade algum tributo da nossa gratidão”, que “pode fazer-nos eternamente felizes e gloriosos” (Castro, 1882, p.vii).

A despeito das dificuldades em mensurarmos e avaliarmos a recepção e a apropriação de um determinado texto, acreditamos ser possível avaliá-las a partir dos efeitos socioculturais que ele tenha produzido, mesmo porque um texto está sempre marcado “por um complexo jogo entre diversas camadas temporais e espaciais. Cada leitura é um evento de atualização/tradução da obra: o leitor reconstrói – em um dado momento e em um dado local – os diversos níveis de intertextualidade do ‘original’”.⁴⁵

Assim, não apenas o leitor contemporâneo a João de Castro, no século XVIII, pode ter atribuído, aplicado e experimentado sentidos distintos daqueles previstos pelo religioso dominicano, como também o leitor do século XIX, principalmente se considerarmos os efeitos da promulgação do dogma da Imaculada Conceição, em 1854, e das significativas alterações havidas nas concepções e representações da morte, sobretudo na segunda metade do século XIX.

Se, dentre as possíveis razões para a aceitação do manual entre os fiéis católicos no Setecentos e na primeira metade do Oitocentos se pode destacar a permanência da crença no poder intercessor da Virgem Maria para a garantia da salvação, em relação a sua circulação na segunda metade do século XIX, deve-se considerar que o medo da morte e da não salvação – enquanto moti-

vações para a continuidade da crença e da devoção – não se impunha mais tão fortemente como nos séculos anteriores (Rodrigues, 2005, p.63, 348). É preciso lembrar, também, que no mesmo período em que a Igreja católica reafirmava a devoção à Virgem como indispensável para a salvação e como um dos pilares centrais da piedade católica, uma série de mudanças nas percepções e nas atitudes diante da morte estavam em curso, tais como as redefinições do papel desempenhado pela Igreja na gestão de cemitérios públicos e a simplificação dos rituais fúnebres, associados ao processo de secularização da morte (Rodrigues, 2005, p.346-347).

A reedição do *Mestre da Vida*, em 1882, parece, no entanto, sugerir a reiteração da importância das práticas devocionais e das condutas virtuosas prescritas por João de Castro no início do Setecentos, uma vez que as mudanças havidas na segunda metade do século XIX não provocaram o incremento da incredulidade ou uma suposta ‘perda’ da religiosidade, mas novas e diferentes representações da morte e do além-túmulo (Rodrigues, 2005, p.346-352).

Considerando a sua finalidade, o manual *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente*, assim como muitos outros manuais de devoção e obras de teologia e de moral, deve ter circulado entre católicos leigos e entre religiosos nos estabelecimentos de formação eclesiástica – do clero regular e diocesano – na segunda metade do século XIX ou nas primeiras décadas do século XX. O exemplar de 1882 que analisamos traz, em sua página de rosto, um carimbo com as letras JHS,⁴⁶ e, logo abaixo, a inscrição Novo Hamburgo (RS), o que parece sugerir que ele integrasse o acervo pessoal de algum padre jesuíta ou a biblioteca de um seminário jesuíta, favorecendo a sua leitura e a prática de suas orientações pelos jovens membros dessa ordem religiosa.

O Seminário Episcopal de Porto Alegre (RS) – que, ao transferir-se para São Leopoldo, em 1913, passou a se chamar Seminário Central de São Leopoldo⁴⁷ – oferecia estudos de filosofia, teologia, moral e direito canônico e para “ele afluíam, além dos seminaristas da arquidiocese, também os das demais dioceses do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de outros estados” (Rambo, 2002, p.302). Imbuídos do espírito da Restauração Católica, os centros de formação eclesiástica – como esse seminário jesuíta – visavam à formação de um clero teologicamente disciplinado e comprometido com uma prática religiosa que observava as bulas papais, os sacramentos, os mandamentos e os dogmas, como o da Assunção da Virgem Maria, proclamado pelo papa Pio XII, em 1950, e que pregava a sua elevação em corpo e alma ao céu, ao fim da vida terrena.

Diante do destacado papel desempenhado pelo Seminário jesuíta de São

Leopoldo no projeto da Restauração Católica – na tarefa de restaurar a doutrina católica e implantar a disciplina no meio do clero e nas próprias comunidades dos fiéis –, cabem algumas indagações sobre as particularidades que a devoção à Virgem assumiu entre os fiéis católicos no Rio Grande do Sul, no século XX. De acordo com o historiador gaúcho Arthur Rambo, nas primeiras décadas do século XX “seria difícil encontrar uma casa em que não se venerasse [o] Coração de Maria”, ao passo que nas manifestações públicas da fé, as Congregações Marianas ostentavam fitas azuis e portavam bandeiras, militando em nome do catolicismo, bem ‘ao gosto dos jesuítas’. Rambo menciona também as Associações Filhas de Maria, informando que “Não havia paróquia em que esse tipo de associação não reunisse adolescentes e moças em torno da devoção à Nossa Senhora. O ponto alto nessas agremiações também era a intensa motivação para a vida sacramental e o cultivo das virtudes cristãs” (Rambo, 2002, p.294-295).

O ‘cultivo das virtudes cristãs’ por esses jovens católicos de meados do século XX parece evocar as instruções formuladas por João de Castro no início do século XVIII.⁴⁸ Instruções como a que encontramos nas primeiras páginas do manual, nas quais o frade dominicano orienta o fiel a iniciar o seu dia ‘santamente’ – de joelhos, diante de uma imagem de Cristo crucificado – rogando por sua salvação:

Eu vos adoro ... Rainha dos Céus e da terra, Maria Santíssima, Mãe de Deus; nas vossas mãos entrego a minha alma: ao vosso cuidado entrego o negócio da minha salvação: a vossa intercessão encomendo o princípio e fim da minha vida; e pelas vossas dulcíssimas entranhas de piedade vos peço que me alcanceis de vosso filho a sua graça, para que em todos os pensamentos, palavras e obras deste dia eu faça em tudo a sua santíssima vontade. (Castro, 1882, p.5)

Ao longo do século XVIII e do XIX, religiosos e fiéis católicos puderam dispor das recomendações prescritas por João de Castro para ‘viver e morrer santamente’. Os primeiros – na condição de professores, pregadores ou confessores – devem ter, muito provavelmente, recorrido ao manual *Mestre da Vida* para instruir seus alunos e paroquianos ‘nos mistérios da religião’ e orientá-los ‘à virtude e à perfeição’.⁴⁹ Já os leitores leigos – e, talvez, os ouvintes – dos capítulos desse manual devocional devem ter procurado viver santamente, para, assim, assegurar a proteção diante dos perigos da morte e alcançar uma “eternidade feliz e gloriosa” (Castro, 1882, p.vi-vii). Instados a reafirmarem sua fé, rogavam pela “Vossa Graça nos [seus] sentimentos ... pensamentos,

palavras e obras” e entregavam “o negócio da [sua] salvação” aos cuidados de “Maria Santíssima, Mãe de Deus” (Castro, 1882, p.5). A apropriação, ao longo dos séculos, das práticas de culto e de devoção à “Rainha dos Céus e da terra” previstas no *Mestre da Vida* parece comprovar a “onipresença da Virgem na doutrina cristã católica” enquanto “símbolo privilegiado de conversão, reafirmação e sedução do catolicismo” (Reesink, 2003, p.132).

NOTAS

¹ Esse manual de devoção foi um dentre os inúmeros escritos religiosos que circularam na Península Ibérica e na América Portuguesa durante todo o período colonial e que tiveram, geralmente, ‘origem e inspiração’ na Espanha. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.77-92, 2001. p.83; ver também: SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. *Estud. afro-asiát.* [online], 2001b, v.23, n.2. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 jun. 2011.

² Vale lembrar que no século XVII e, principalmente, no XVIII, a prática da leitura estava bastante difundida na Europa. Chartier considera que, nesse período, se lia muito, tanto em silêncio, quanto em voz alta, garantindo não apenas a difusão dos escritos, mas também uma forma de sociabilidade familiar, mundana e pública. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. UnB, 1994. p.98.

³ Sabe-se que entre 1731 e 1750, *Mestre da vida* teve 16 edições e que, em 1762, alcançou sua vigésima edição. RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p.63. Interessante destacar que o século XVIII foi profícuo em termos de publicações religiosas. Dominique Julia, referindo-se à leitura de impressos católicos oficiais no período da Contrarreforma, destacou, em relação ao inventário de bibliotecas de eclesiásticos na França, que “a decolagem decisiva ocorre ... no primeiro quartel do século XVIII, visto que essa proporção passa, no período de uma geração, para 45% dos inventários, enquanto os três quartos dos padres dispõem de pelo menos cerca de vinte livros; por volta de 1755-1760, os padres que têm mais de cem volumes são 60% e, às vésperas da revolução, 75%”. JULIA, Dominique. Leituras e Contra-Reforma. In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. p.96. Publicações anteriores a esse período, isto é, aquelas dos séculos XVI e XVII, eram usadas por missionários em seu trabalho de campo. Trata-se, segundo Charles Boxer, de uso da palavra impressa para difusão da fé, tanto de escritos laicos, quanto clericais, tais como: catecismos, compêndios, vocabulários, gramáticas, manuais de devoção, obras edificantes etc. BOXER, Charles. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica. 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.56.

⁴ Segundo a historiadora Cláudia Rodrigues, esse manual foi “a segunda maior obra desse tipo de literatura doutrinal publicada em Portugal” (Rodrigues, 2005, p.63). Sabe-se que a imprensa Régia Officina Typografica de Lisboa publicou uma nova edição da obra em 1799. Sua divulgação entre os devotos católicos pode ser constada nas referências que o escritor Eça de Queiroz (1845-1900) faz a ela. Disponível em: simetrikus.wordpress.com/2011/03/29/4/; Acesso em: abr. 2011.

⁵ O exemplar analisado neste artigo data de 1882 e se encontra no acervo do Memorial Jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Nele, infelizmente, não encontramos nenhuma informação sobre qual seria o número da edição da obra. CASTRO, João de. *Mestre da Vida que ensina a Viver e Morrer Santamente*. Novamente correto por um Religioso da Ordem dos Pregadores e oferecido à Virgem Santíssima do Rosário por mãos da sua prodigiosa imagem que se venera na Vila do Barreiro. Nova edição. Lisboa: Rolland & Semiond, 1882.

⁶ Ao analisar os inventários de 1759 e de 1768, referentes aos bens da Fazenda Santa Cruz – afeta ao Colégio jesuíta do Rio de Janeiro –, e que foram realizados após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, Marília de Azambuja Ribeiro, pesquisadora da UFPE, constatou que a *Livraria* da Fazenda contava com “um conjunto de livros que podemos classificar sob o rótulo de ‘litúrgicos’, tanto em sentido *stricto*, ou seja, enquanto escritos para serem usados em rituais litúrgicos como Missais, Rituais, Breviários, Livros de Horas e Martirologios”, quanto “livros destinados à comunidade cristã de um modo mais amplo, como *Breve aparelho de bem morrer* de Estevão Castro, *Mestre da vida que ensina a viver e morrer* de João Franco [sic] ou *Gritos do inferno* de Joseph Boneta”. A referência ao manual *Mestre da Vida* entre as obras que integravam o acervo da biblioteca da Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, confirma a sua circulação nos domínios coloniais americanos e aponta para a difusão das prescrições nele contidas entre os fiéis católicos na América portuguesa. RIBEIRO, Marília de Azambuja. *A Livraria da Fazenda Santa Cruz* (2011). No prelo.

⁷ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; VALE, Renata William Santos do. *Temas luso-brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

⁸ GILMONT, Jean-François. Reformas protestantes e leitura. In: CHARTIER; CAVALLO, 1999, p.59.

⁹ Reflexões inspiradas em TORRES, Magda Maria Jaolino. O “livro-teatro” jesuítico: uma leitura a partir de Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.) *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

¹⁰ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Cartografia da sensibilidade: a arte de viver no campo do outro (Brasil, séculos XVI e XVII). In: ERTZOGUE, Mariana; PARENTE, Temis (Org.) *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p.217-248.

¹¹ Assim como Chartier, consideramos que os discursos “são produzidos e difundidos em um espaço social específico que tem seus lugares, suas hierarquias e seus objetivos pró-

prios”. Assim, pensar as “relações que as obras mantêm com o mundo social” implica considerar as variações entre o texto e as realidades sociais, o texto e as significações e apropriações plurais, o texto e as diversas formas de transmissão e recepção. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.258, 259.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.70.

¹³ Segundo Beatris dos Santos Gonçalves, “a economia da salvação pressupõe uma distribuição das funções ou uma ‘repartição das tarefas’ no seio da *societas christiana*”. GONÇALVES, Beatris dos Santos. *Os marginais e o Rei: a construção de uma estratégica relação de poder em fins da Idade Média portuguesa*. Tese (Doutorado em História) – UFF. Rio de Janeiro, 2010. p.31.

¹⁴ HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. [1919], p.269. De acordo com alguns estudiosos do tema, o dogma mariano tem sua origem em passagens bíblicas do Novo Testamento, nas quais Maria está presente em cenas da vida de Jesus e nos relatos sobre a maternidade virginal. É em decorrência dessa condição que Maria é considerada santa, sendo apresentada como o modelo das virgens. Cfe. SESBOÛÉ, SJ. BOURGEOIS, H. PAUL TIHON, SJ. *História dos dogmas*. Tomo 3: Os sinais da salvação (século XII–XX). São Paulo: Loyola, 2005. p.467-480.

¹⁵ SOUZA, Maria Beatriz de Mello e. Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Sant’Anna. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro: 7 Letras, n.5, p.232-250, 2002. No Brasil Colônia, Maria foi a santa mais cultuada. Sua imagem e sua hagiografia também foram usadas como método de conversão, aparecendo, por exemplo, em documentos iconográficos produzidos pela Companhia de Jesus, com destaque para cenas referentes a sua vida e a sua morte, a partir de uma interpretação bíblica. Ver mais em TORRES, 2009.

¹⁶ Ao analisar imagens que circulavam na América hispânica, Gruzinski destacou a da Virgem de Guadalupe, que explora “o milagre [que] procura reunir em torno de intercessores comuns as etnias que compõem a sociedade colonial: espanhóis, índios, mestiços, negros e mulatos”. Posteriormente, diversas imagens barrocas da Virgem Maria reforçaram o fervor religioso, saturando o cotidiano, invadindo moradias, roupas e objetos familiares. Os próprios pintores indígenas se apropriaram da imagem cristã da Virgem, transformando-a em sua nova expressão de fé e de identidade. GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.160-161.

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Almeida de. Nossa Senhora, o fumo e a dança. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.203.

¹⁸ ALVES, Franciele. As imagens da Virgem Maria nos vitrais da Catedral de Chartres. II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2., 12-14 maio 2009, Londrina (PR). *Anais...* Disponível em: www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf; Acesso

em: 7 jun. 2011. Mircea Eliade e Ioan Couliano afirmam que no “Renascimento do século XII” despontaram novos ideais religiosos, sendo essa *nova idade* “marcada por uma devoção especial à Virgem, Mãe de Deus, o que a igualará, se não de direito, pelo menos de fato, às pessoas trinitárias, verdadeira *regina coeli*, estrela benfazeja que intercede pelos homens. As catedrais, geralmente dedicadas a Nossa Senhora, que surgem no norte da França por volta de 1150, são o símbolo visível da nova espiritualidade”. ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan. *Dicionário das religiões*. Trad. Ivone Benedetti. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.109-110.

¹⁹ ZIERER, Adriana. Paraíso versus Inferno: a Visão de Túndalo e a Viagem Medieval em Busca da Salvação da Alma (séc. XII). *Revista Mirabilia*, n.2. Disponível em: www.revista-mirabilia.com/Numeros/Num2/tundalo.html; Acesso em: 7 jun. 2011. Além dos estudos historiográficos até agora citados, existem também interpretações teológicas recentes, que destacam a fé na figura de Maria, como aquelas que se encontram em trabalhos como o livro do “Grupo de Dombes”, um núcleo francês de reflexão ecumênica, cuja referência é *Maria no designio de Deus e a comunhão dos santos*: na história e na Escritura – controvérsia e conversão. Aparecida (SP): Ed. Santuário, 2010. Também numa perspectiva teológica, destacamos o artigo de IWASHITA, Pedro. A relação entre experiência e dogma mariano – *Sensus Fidelium* e Psicologia da profundidade. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v.5, n.8, jul.-dez., p.4-16, 2011. As interpretações teológicas sobre o dogma mariano não foram consideradas na análise que realizamos neste artigo, na medida em que nos propusemos a refletir sobre a circulação de um manual setecentista na Europa e nos domínios coloniais americanos, bem como sobre a apropriação das orientações relativas a práticas devocionais, a virtudes e condutas sociais aceitáveis nele veiculadas.

²⁰ PEREIRA, Teresa Lopes. O culto de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer do Sal, a Senhora da Cinta e as Cantigas de Santa Maria. *Medievalista*, ano 5, n.6, 2009, p.1-23. Disponível em: www2.fch.unl.pt/iem/medievalista; Acesso em: 6 dez. 2011. Para Rejane Jardim “as *Cantigas* eram dos mais atraentes mariólogos, uma obra que reflete a devoção, as crenças e preocupações daquela época, em que a Virgem é uma das principais protagonistas ... Em muitas das *Cantigas* ocorre a referência à participação da comunidade na celebração dos milagres marianos ... As *Cantigas* apresentam, de forma combinada, seis substantivos referentes à Santa Maria: Mãe, Virgem, Rainha, Senhora, Santa e Gloriosa”. JARDIM, Rejane. *Ave Maria, Ave Senhoras de todas as graças!* Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS. Porto Alegre, 2006. p.85-89.

²¹ À luz da Reforma, Maria foi considerada como “a Donzela de Nazaré, portadora de total e completa natureza humana, uma moça camponesa, pela vontade de Deus escolhida para abandonar a vida comum e assumir seu grande e histórico papel no drama da salvação”. PELIKAN, Jaroslav. *Maria através dos séculos*: seu papel na história e na cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.220. Com base em estudos teológicos, V. Buarque afirmou que durante o período que se estende do Concílio de Trento (1545-1563) ao pontificado de Pio XII (1939-1958), a mariologia teria sido excessiva, chegando a implicar um ‘ufanismo mariano’. Acreditamos que essa avaliação deva ser relativizada, na medida em

que parte do pressuposto da existência de um culto e devoção a Maria imutáveis durante um longo período, desconsiderando as implicações dos diferentes contextos na construção histórica da fé em Maria. BUARQUE, Virgínia et al. Devoção à Virgem em Mariana colonial: religiosidade, cultura e poder. In: ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, Anpuh, 1., 2007, Maringá (PR). Disponível em: www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/; Acesso em: 6 jun. 2011.

²² VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p.170. Essa onipresença da Virgem na doutrina Cristã Católica atravessou os séculos e chegou à atualidade de tal forma consolidada, que a antropóloga Mísia Reesink a enquadrou como “símbolo privilegiado de conversão, reafirmação e sedução do catolicismo ... sendo onisciente e onipresente ... e quase onipotente”. REESINK, Mísia Lins. Nossa Senhora de Angüera, Rainha da Paz e do mundo católico contemporâneo. In: STEIL, Carlos; MARIZ, Cecília; REESINK, Mísia. *Maria entre os vivos: reflexões teóricas e etnografias sobre aparições marianas no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.132, grifo da autora. Para uma análise da devoção mariana no Brasil como um dos traços principais da religiosidade brasileira, ver CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v.40, n.1, p.36-43, jan.-abr. 2010.

²³ A investigação contemplou os tratados *Principios de Cirugia*, de Geronimo de Ayala, *Medicina Practica de Guadalupe*, de Francisco Sanz de Dios, *Medicina y Cirugia Domestica*, de Felipe Borbon, *Doctrina Moderna para los sangradores*, de Ricardo Le Preux, *Secretos Medicos y Chirurgicos*, de João Curvo Semmedo, *Medicina Ilustrada Chymica Observada e Chirurgia Methodica Chimica Reformada*, de Francisco Suarez de Ribera e um manuscrito da *Materia Medica Misionera*, escrito na América pelo irmão jesuíta Pedro Montenegro. Ao analisá-los, constatamos que todos eram dedicados a um membro da realeza ou a um(a) santo(a) católico(a) – com destaque para Nossa Senhora –, e continham prólogos, censuras ou aprovações concedidas por clérigos qualificadores do Santo Ofício ou por médicos que, geralmente, se encontravam vinculados a alguma Universidade. Em artigo ainda inédito [que se encontra no prelo], apresentamos as estratégias de escrita – adotadas por autores e editores – que identificamos nesses textos – que precedem o conteúdo propriamente dito dos tratados de cirurgia e de medicina –, e que ao apontarem caminhos adequados de leitura, visavam à difusão de determinados conhecimentos científicos na Espanha e nas áreas de seu vasto Império colonial.

²⁴ Além disso, o controle que o Santo Ofício exercia sobre as publicações pode ter implicado uma espécie de autocensura pelos autores desses tratados de cirurgia e de medicina, determinando uma escrita em consonância com as normas de aprovação e de circulação vigentes no período. Deve-se, ainda, ter presente que esse tipo de Dedicatória poderia determinar e/ou interferir no julgamento do(s) censor(es) – que, usualmente, era(m) membro(s) da Igreja católica –, na medida em que o(a) homenageado(a) pelo autor da obra acabava por estar nele(s) representado(s). De acordo com Michel de Certeau, o próprio autor podia acrescentar dispositivos à obra, com o objetivo de dirigir a interpretação do leitor, evitando, assim, as eventuais polêmicas que pudessem vir a surgir. A autocensura era, portanto, uma forma de controlar ou refrear a crítica ao conteúdo do texto e sua pro-

vável proibição, confirmando tanto o poder exercido pela Igreja, por meio da Inquisição, quanto o uso de estratégias para burlá-lo pelos *homens de ciência* da época. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁵ Segundo Jean Marcel França, Jemima permaneceu na Bahia de agosto a setembro de 1764, período em que redigiu sete cartas. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (Org.) *Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820)*: antologia de textos. Jemima Kindersley, Elizabeth Henrietta Macquarie, Rose Freycinet. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008. p.15-16.

²⁶ HAUCK, Fagundes. *Visão histórica da devoção Mariana no Brasil*. In: CALIMAN, Cleto (Org.) *Teologia e Devoção Mariana no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1989. p.73. Segundo Virgínia Buarque, a mariologia – enquanto um saber específico sobre Maria – é um conhecimento teológico, interessando ao historiador como uma ‘produção imaginária’. BUARQUE, Virgínia et al. *Devoção à Virgem em Mariana colonial: religiosidade, cultura e poder*. In: ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, Anpuh, 1., 2007, Maringá (PR). *Anais...* Disponível em: www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/; Acesso em: 6 jun. 2011.

²⁷ O título *Theotokos*, que significa mãe de Deus, foi atribuído a Maria no século IV, mas se cristalizou apenas no Concílio de Éfeso, em 431, que considerou Maria como a Gloriosa mãe de Deus sempre Virgem. Posteriormente, especialmente durante a Idade Média, ampliou-se a devoção dos cristãos a Maria atestada nas catedrais e hinos a ela consagrados e na devoção do rosário (SESBOÛÉ, 2005, p.467-485).

²⁸ NEBEL, Richard. *Santa María Tonantzín Virgen de Guadalupe*: continuidad y transformación religiosa en México. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p.48.

²⁹ Na Europa, até meados do século XIX, o hábito de ler era bem maior que o de escrever; a leitura era estimulada pela Igreja e ‘destinada essencialmente às moças’, constituindo-se em característica de sociedades marcadas pela semialfabetização. CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. v.1: artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. p.263. A leitura, não só de manuais católicos, mas também de relatos de viagem, fábulas e romances era mais difundida entre o público leitor feminino, especialmente, das mulheres de famílias burguesas. WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CHARTIER; CAVALLO, 1999, v.2, p.143.

³⁰ O rosário teria sido criado pelo cônego Domingos de Gusmão, na Europa do começo do século XIII, em obediência a mensagem que recebeu de Nossa Senhora. O rosário, um “meio de oração que, intercalando as Ave-Marias com as pequenas meditações dogmáticas da Vida, Paixão e Morte de Jesus Cristo, continha toda a doutrina cristã e encerrava uma prece muito cara ao coração da Santíssima Virgem, ao alcance das pessoas mais humildes, ensinando ... as colocava em atitude de humildade diante da Mãe do Salvador do Mundo”. LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*: origens das principais invocações. Belo Horizonte: Autêntica; PUC-Minas, 2008 [1956]. p.89.

³¹ Laura de Mello e Souza apontou casos de mulheres portuguesas que, acusadas de falsa santidade, foram degredadas para o Brasil, no século XVIII. Vale lembrar que escritos destinados aos fiéis, como o *Mestre da Vida*, utilizavam expressões eruditas e concepções dog-

máticas de religiosidade, nem sempre com o alcance popular desejado pela Igreja. Já as experiências religiosas populares se caracterizavam por fortes apelos místicos, distanciados da dogmática. SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.137.

³² Esse era, sem dúvida, o propósito de um manual de devoção: a ligação íntima do fiel com o sagrado. Porém, é preciso considerar que também era importante a dimensão pública da fé, a sua exteriorização em cerimônias como as procissões. Cf. SOUZA, 2008, p.34.

³³ A observância dessas orientações na meditação do rosário se mantém nos dias atuais, como se constata no “Movimento do Rosário Perpétuo” – uma devoção mariana paraense –, a qual divulga que “o Rosário ... deve ser, acima de tudo, oração de meditação que nos leva a penetrar os Mistérios que a fé nos propõe para crer”. Necessidade de Meditar o Rosário. Disponível em: www.rosarioperpetuo.com.br; Acesso em: 6 jul. 2011.

³⁴ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.311.

³⁵ Para uma análise antropológica sobre o espírito universalizador da Igreja e sua síntese na particularidade de Maria, ver REESINK, 2003.

³⁶ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Almas em busca da salvação: sensibilidade barroca no discurso jesuítico (século XVII). *Rev. Bras. Hist.* [online], v.24, n.48, p.255-300, 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200012&lng=pt&nrm=iso; Acesso em: 6 jun. 2011.

³⁷ OSSANNA, Tulio Faustino. *A Ave-Maria: história, conteúdo, controvérsias*. São Paulo: Loyola, 2006. p.30, 87, 94.

³⁸ A Companhia teve um papel ativo na divulgação das devoções marianas, sobretudo, no século XVIII. Uma das obras que ressaltava os ‘benefícios’ e a proteção da Virgem Maria aos inacianos foi *Maria Rosa de Nazaret nas montanhas de Hebron, a Virgem nossa Senhora na Companhia de Jesus*. Lisboa, na Officina Real Deslandesiana, 1715. Cfe. SANTOS, Zulmira. Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do “*prodesse ac delectare*” na História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito (1682) de Alexandre de Gustmão SJ [1629-1724], 2004. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3785.pdf; Acesso em: 6 jun. 2011.

³⁹ A devoção à Virgem foi um dos traços marcantes da religiosidade luso-americana, estando presente no imaginário, nas preces, nos sermões, em igrejas, capelas e festas, como apontado por Juliana Souza e Ronaldo Vainfas em obra de 1999. É interessante destacar que também alguns membros do CEHILA se dedicaram ao estudo da devoção a Maria no Brasil, com destaque para: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992, que refere a existência de inúmeras igrejas e ermidas construídas em Olinda, bem como outras edificadas pelos bandeirantes no ‘interior’, conforme relatos do cronista franciscano Frei Agostinho de Santa Maria, em seu escrito “Santuário Mariano”, de 1634. Esse texto escrito pelo frei franciscano foi, aliás, fonte primária básica para o trabalho sobre devoção à Vir-

gem desenvolvido em: SOUZA, Juliana Beatriz de Almeida. Virgem Imperial: Nossa Senhora e império marítimo português. *Luso-Brazilian Review*, v.45, n.1, p.30-52, 2008, além dos dois outros artigos citados no presente texto.

⁴⁰ O rosário é definido como relíquia que identifica a Virgem Maria, que, além de adorná-la, confere o ritmo à oração em seu louvor. Na atualidade, é identificado como ‘terço’, sendo rezado pelos seus fiéis. Nas festividades em louvor à Virgem do Rosário em Catalão (GO), segundo pesquisa realizada pelo historiador Cairo Katrib, o terço é sempre rezado e por repetidas vezes. A Igreja católica da cidade goiana, segundo Katrib, tem grande interesse na manutenção da prática, pois, dessa forma, mantém-se presente nas expressões religiosas da população. KATRIB, Cairo Mohamad. *Foi assim que me contaram*: recriação dos sentidos do sagrado e do profano do Congado na festa de Nossa Senhora do Rosário. (Catalão-GO-1940-2003). Tese (Doutorado em História) – UnB. Brasília, 2009. p.95-96. Ainda em relação ao terço, Reesink destacou que na sua estrutura “há uma disposição de cinco mistérios, sendo os dois primeiros referentes a Jesus, o terceiro ao Espírito Santo e os dois últimos a Maria, terminando com uma salve-rainha, que diz respeito a ela”. REESINK, 2003, p.131.

⁴¹ Esse documento encontra-se no Arquivo Público Mineiro, intitulado “Registro da breve recopilação e sumário das graças e indulgências concedidas aos confrades de Nossa Senhora do Rosário e confirmadas por Inocêncio XI em 31 de julho de 1679”, Casa dos Contos, CC – Cx. 16 – 10323, datado de 1721, caixa 16, rolo 505. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br; Acesso em: 16 dez. 2010.

⁴² Essa argumentação foi inspirada em REESINK, 2003, p.130. Segundo a pesquisadora, ainda na atualidade, “o modelo centrado em Maria tem um maior poder de ‘sedução’ e um apelo maior, capaz de atrair muitas almas”.

⁴³ Interessante observar que o papa Bento XVI também tem concedido indulgências plenárias aos fiéis. Um dos exemplos, entre tantos outros, foi amplamente divulgado em *sites* católicos: “O papa Bento XVI concederá a indulgência plenária na próxima solenidade da Imaculada Conceição, a todos os fiéis que, seguindo as condições habituais para obter tal dom, participem no dia 8 de dezembro de um rito sagrado em honra à Virgem ou testemunhem sua devoção Mariana diante da uma imagem da Imaculada. É o que se constata em um decreto publicado nesta terça-feira assinado pelo Penitenciário Maior da Santa Igreja Romana, Cardeal James Francis Stafford”. Disponível em: reporterdecristo.com/indulgencia-plenaria-na-imaculada-conceicao; Acesso em: 17 dez. 2011.

⁴⁴ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leitores. In: _____. *A História cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

⁴⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005. p.105.

⁴⁶ IHS é a abreviação do nome de Jesus em grego ou da escrita latina do nome como se usava na Idade Média: Ihesus. Trata-se de um trígama cristológico propagado no século XIV pelo pregador são Bernardino de Sena. No século XVI, foi retomado com a significação de “Jesus habemus socium”, que quer dizer, em português, “Temos Jesus como com-

panheiro”. Depois de São Francisco de Assis, santo Inácio de Loyola foi quem mais contribuiu para a difusão do símbolo IHS. O fundador da Companhia o utilizou no início de suas principais cartas e escritos e, também, como carimbo oficial da Ordem nas principais publicações como, por exemplo, na primeira edição do livro dos Exercícios Espirituais.

⁴⁷ RAMBO, Arthur. Restauração Católica no Sul do Brasil. *História – Questões & Debates*, Curitiba, n.36, p.279-304, 2002. p.302.

⁴⁸ Essa percepção parece se confirmar quando tomamos contato com um texto produzido, em meados do século XX, pelo jornalista e historiador mineiro Augusto de Lima Júnior, no qual, além de referir um número expressivo de devoções marianas em Minas Gerais, reafirma a sua fé e admite sua admiração “em viver e morrer na fé”. LIMA JÚNIOR, 2008 [1956], p.33.

⁴⁹ “O Projeto da Restauração Católica emanado de Roma e implantado via bispo, pároco e diretoria das comunidades nas paróquias e nas capelas produziu, sem tardar, seus efeitos. A vida sacramental tornou-se a base da ação pastoral. O padre, no caso, era de fato um verdadeiro sacerdote, cujo único objetivo consistia em que os fiéis vivessem de acordo com os mandamentos e os ditames emanados de Roma e das seis episcopais”. RAMBO, 2002, p.293.